



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 29 DE AGOSTO DE 1996

Senhor Embaixador Ronaldo Sardenberg, Secretário de Assuntos Estratégicos; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhores Parlamentares; Líderes; Senhor Presidente da Agência Espacial, Professor Luis Gilvan Meira Filho; Senhores Membros do Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira; Senhores Representantes dos órgãos participantes do Programa Nacional de Atividades Espaciais; Senhoras e Senhores;

Recebo com satisfação este programa, o Programa Nacional de Atividades Espaciais, que contém as metas físicas, a identificação de órgãos executores, a estimativa de recursos governamentais e outros que serão aplicados nos próximos dez anos.

Este é um bom exemplo de coordenação de programas de governo, pois as atividades espaciais, de acordo com a política governamental, não estão restritas a setores individuais, devendo aportar a sua contribuição ao esforço global do Governo para a construção do Brasil do futuro.

O Programa Nacional de Atividades Espaciais reflete a prioridade que o meu Governo atribui à área da ciência e tecnologia em geral,

como alavanca necessária para permitir a correta inserção do Brasil no mundo complexo e com condicionantes do processo de globalização que nos espera.

Eu queria repetir, aqui, as palavras que proferi por ocasião da visita a São José dos Campos em agosto do ano passado. O programa espacial traz conseqüências benéficas para todo o País. Ele decorre de uma política nacional que abarca o Governo e a sociedade. Por isso, a política nacional de desenvolvimento de atividades espaciais, como esse programa, é documento público e transparente, que permite promover um debate amplo da sociedade a respeito de nossas atividades espaciais. Creio mesmo que essa é uma das marcas do nosso Governo, uma das marcas da democracia contemporânea.

Os assuntos, por mais que tenham transcendência – como esses que envolvem estratégia e têm conseqüências tecnológicas para o conjunto do País –, por isso mesmo devem ser discutidos de maneira aberta. E o fato de trazermos este programa ao debate é sinal claro de que, nesta como noutras matérias, o Brasil, uma vez convencido, não tem nada a esconder de ninguém, tem apenas que seguir o seu rumo com tranquilidade e no caminho da construção da prosperidade nacional e da paz.

Naquela ocasião, eu declarei que havia enviado ao Congresso Nacional um projeto de lei com o objetivo de aperfeiçoar o controle de exportações de tecnologias da área espacial e de todos os bens e serviços considerados sensíveis. E é sabido que o Congresso aprovou a lei e eu a sancionei. Isso, creio, foi um passo também marcante no relacionamento do Brasil com a comunidade internacional e para nossa autoconfiança. Nós, hoje, somos um país que dispõe de capacitação tecnológica, sabe como utilizá-la e não tem por que esconder os motivos pelos quais dispomos dessa capacitação e o que faremos com ela. E essa lei que o Congresso aprovou permitiu algo muito importante: a nossa inserção na comunidade científica internacional.

Esse fato, em conjunto com a declaração que fiz, na ocasião, sobre as finalidades exclusivamente pacíficas do nosso programa espacial, permitiu que o Brasil, como eu disse há pouco, ingressasse

no regime internacional de controle de tecnologia de mísseis, o MTCR, e que fossem abertas possibilidades importantes de cooperação internacional, algumas já incluídas no programa que agora estou recebendo. Pelas palavras do Ministro Sardenberg e do Presidente da Comissão Nacional do Programa Espacial, verifica-se a amplitude desses contatos e o efeito positivo que eles têm tido no nosso desenvolvimento, porque, agora com a China, os Estados Unidos, a França, a Rússia e a Argentina, vamos num caminho de ampla cooperação.

Quero aproveitar esta ocasião para registrar o reconhecimento do Governo e da Nação pelo esforço das instituições e dos pesquisadores e engenheiros que já há três décadas, como se viu, vêm dedicando suas carreiras ao desenvolvimento de atividades espaciais no Brasil, no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Ministério de Ciência e Tecnologia, no Centro Técnico Aeroespacial, nos Centros de Lançamentos de Alcântara e Barreira do Inferno, do Ministério da Aeronáutica, nas universidades e nas indústrias.

Um programa dessa natureza, isso já foi ressaltando, implica um conjunto de atividades que extrapolam o âmbito do Governo, atingem a iniciativa privada, a sociedade e se desenvolvem em conjunto, em harmonia com vários setores do Governo e da sociedade.

Os meus atuais Ministros, da Ciência e Tecnologia, Professor José Israel Vargas, e da Aeronáutica, Brigadeiro Lélio Viana Lobo, assinaram comigo, quando eu era Chanceler, a exposição de motivos que deu origem à atual Agência Espacial Brasileira, mecanismo de coordenação dos esforços nacionais do setor espacial, supervisionada agora pelo Secretário de Assuntos Estratégicos, Embaixador Ronaldo Sardenberg.

Quero reiterar aqui o meu apoio ao programa espacial brasileiro, que, como também tive oportunidade de dizer em São José dos Campos, não pode ser retórico, mas deve traduzir-se na destinação de recursos adequados e na remoção de óbices à sua execução.

Naturalmente isso foi ressaltado pelo Professor Gilvan. A adequação dos recursos é um processo que decorre de um diálogo com o

Governo e é necessário, porque, embora o desejo seja sempre o de fazer o máximo, nós temos, permanentemente, que referir esses objetivos às condições existentes no País. E isso tem sido um esforço grande. Eu agradeço a compreensão dos setores envolvidos. Eu próprio, que sou oriundo da universidade, da pesquisa, sei que sempre os recursos são escassos e que a gente sempre tem a sensação de que mais poderia ser feito. O máximo que se puder alcançar deve ser alcançado dentro desses condicionantes.

Eu dizia, então, que esse apoio deve traduzir-se na destinação dos recursos para remoção desses óbices. Será necessário, como previsto na política, que cada projeto seja objeto de análise dos retornos econômicos e sociais esperados. Isso é fundamental. Num país como o nosso, temos que nos habituar a ter uma avaliação permanente das nossas próprias atividades, tanto mais que, havendo escassez de recursos, cada prioridade deve ser conferida a todo instante, em nome dos interesses sociais e econômicos.

Será necessário, ainda, adequar tudo isso às considerações gerais da política econômica do Governo e ao objetivo fundamental do controle do déficit público. Chega a ser até cansativa a insistência com que falamos sobre o déficit público. Eu gostaria de, algum dia, poder fazer um discurso a respeito de projetos novos sem me referir ao déficit público. Mas, infelizmente, até hoje somos obrigados a ter essa permanente preocupação, porque senão os ministros e a área econômica não deixam o Presidente em paz. E isso é importante.

Temos que realmente entender que, ou existe uma preocupação contínua com um objetivo maior, que é o de manter a inflação sob controle, ou os eventuais êxitos para uma prioridade de recursos mal colocada poderão comprometer aquilo que é básico para o País, ou seja, aumentar o bem-estar da população mais pobre. Isso só se consegue, neste momento, graças a um controle estrito da inflação, o qual está ligado ao déficit público.

Tenho plena certeza de que os projetos contemplados no programa espacial, pelo seu potencial de geração de benefício para o País, são válidos. E creio que, na discussão desses temas todos, nós teremos

condições de sustentá-los no decorrer dos próximos anos, decerto cada vez mais facilmente no decorrer dos próximos dez anos, pois estamos superando os obstáculos que têm travado, até agora, um avanço maior.

Quero aproveitar esta oportunidade para anunciar que, como resultado do trabalho de muitos anos do Centro Técnico Aeroespacial do Ministério da Aeronáutica, o primeiro dos quatro protótipos do veículo lançador de satélites nacionais será lançado do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, dentro de poucos meses, colocando em órbita da terra mais um satélite artificial construído no Brasil pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Ministério de Ciência e Tecnologia. Assim se completa o ciclo previsto na política nacional de capacitação do Brasil nas três áreas de engenharia que são os pilares do nosso programa nacional: a construção de satélites, de veículos lançadores e a capacidade de lançá-los em órbita.

Esse programa espacial brasileiro é o exemplo da colocação do desenvolvimento científico e tecnológico a serviço do progresso social e econômico do Brasil.

Acho que isso é muito importante. Estamos dando continuidade a um programa, estamos tendo resultados. A base de Alcântara tem condições excepcionais. Nós sabemos do interesse não só no Brasil, como em outros países que também têm avançado muito nessa matéria. Creio que, daqui para a frente, vamos ter todo um ciclo favorável à realização das nossas pesquisas e das nossas construções tecnológicas na área do desenvolvimento espacial.

Por todas essas razões, portanto, só me resta agradecer a presença de todos, dos Ministros aqui presentes, dos senhores aqui presentes e dizer que estamos dando prosseguimento àquilo que é convicção profunda de todos nós. Sem o desenvolvimento da ciência e tecnologia, não teremos capacidade de ingressar no próximo milênio na condição de um país capaz de atender às necessidades básicas do seu povo e ao desenvolvimento.

O desenvolvimento é crescentemente vinculado à incorporação de conhecimento científico e de tecnologia. Desenvolvimento cada vez

mais é um problema de conhecimento. Já foi a época em que desenvolvimento pudesse estar baseado, apenas, em recursos naturais ou em mão-de-obra. Hoje requer não apenas isso, mas também organização, que é parte de um contexto de avanço científico. Hoje é fundamental a generalização da educação, o aprimoramento do conhecimento científico, eu diria até mais, a generalização do desenvolvimento científico, a utilização, até na vida cotidiana, da tecnologia, porque, sem essas condições, um país não terá capacidade efetiva de desenvolver todo o seu potencial em benefício do seu povo.

Este programa é um exemplo concreto de que estamos no bom caminho.

Parabéns aos senhores e muito obrigado.